

## 1 – Introdução

O Instituto Federal do Espírito Santo, em seu Projeto Pedagógico Institucional<sup>1</sup>, concebe a educação como “um processo permanente de formação integral que abrange as dimensões ética, estética, política, científica, tecnológica e se constitui nas relações entre os sujeitos em seus diferentes contextos”. Assim, entende o sujeito como um ser social, histórico e cultural, e a educação como processo que possibilita a produção de conhecimentos técnicos, científicos, mas também a construção de sujeitos de direitos, aptos ao exercício da cidadania, conhecedores de seus deveres, e capazes de intervenções conscientes que promovam mudanças na realidade, em busca de uma sociedade mais justa, solidária, igualitária e inclusiva.

Tendo em vista esse entendimento, as políticas adotadas institucionalmente para o desenvolvimento deste projeto educacional devem ter como fundamento a promoção do acesso, permanência, aprendizagem e conclusão com aproveitamento, por parte de todos os estudantes, “sem deixar ninguém para trás”<sup>2</sup>.

É nesse sentido que se inserem as Políticas de Ações Afirmativas, em âmbito nacional e institucional, como ações ou medidas de reparação de exclusões, desigualdades e discriminações presentes na sociedade, na busca de equiparação de oportunidades. As ações afirmativas incidem geralmente sobre os processos de acesso às instituições, e podem atingir grupos discriminados e excluídos devido a questões étnico-raciais, sociais, de gênero, sexualidade e/ou pessoas com deficiência.

Além disso, no que se refere à permanência, observamos a promoção de ações e medidas que visam minimizar os efeitos das desigualdades sociais, contribuindo para a igualdade de oportunidades e para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes, além de agir, preventivamente, para minimizar as situações de retenção e evasão decorrentes das situações de vulnerabilidade social. Com isso, objetiva-se a promoção da inclusão social pela educação. Nesse contexto, insere-se a Política de Assistência Estudantil, cujo foco do trabalho é voltado, sobretudo, para a permanência dos estudantes no sistema de ensino. Neste sentido, a Assistência Estudantil foi concebida como um conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento integral dos discentes, ao fortalecimento dos vínculos dos estudantes com seu percurso educacional e à promoção de protagonismo, autonomia e inclusão social<sup>3</sup>.

O ano de 2020 trouxe a nós um desafio sem precedentes e de escala global: a pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2). A propagação deste vírus, que atingiu proporções enormes logo no início de 2020, impactou todas as esferas da sociedade, bem como a vida das pessoas em todos os âmbitos. Fomos obrigados ao isolamento social, ao fechamento de escolas, comércio, e quase toda atividade de trabalho, que passou em grande medida a ser realizado de forma remota. Com o tempo, as próprias escolas passaram a se adaptar a esta nova

<sup>1</sup> INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2024. Vitória, 2019, p. 68.

<sup>2</sup> ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York, 2015.

<sup>3</sup> BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, 2010.

modalidade de atividade, por meio de propostas pedagógicas não presenciais, aqui no Ifes conhecidas como “APNPs” – Atividades Pedagógicas não Presenciais.

No entanto, os impactos que já eram grandes, foram se tornando cada vez mais profundos, à medida que o tempo passava e a situação de emergência em saúde pública se agravava. Se considerarmos as consequências da própria doença, do grande período de isolamento social, os impactos na economia, na política e nas questões sociais em geral, vimo-nos diante de uma situação de agudização, em larga escala, das condições físicas, psíquicas e de vulnerabilidade social.

Diante deste contexto social amplo e complexo, a Assistência Estudantil precisou ser ressignificada, e as equipes necessitaram rever e adequar seus modos de ver, de pensar e de fazer, para acolher e atender às demandas que se colocavam sobre as incertezas, as inseguranças, os medos, as mazelas, as misérias e os sofrimentos trazidos com a pandemia.

Considerando o exposto, apresentamos neste Relatório as principais atividades desenvolvidas pelo Ifes, no ano de 2020, com relação às Ações Afirmativas e à Assistência Estudantil, além de algumas reflexões e propostas para aprimoramento dos processos institucionais voltados à garantia do direito de todas, todos e todes à Educação. Ressaltamos que todas as ações foram impactadas pela pandemia, e o detalhamento será apresentado a seguir.

## 2 – Ações Afirmativas

No ano de 2020, o Ifes trabalhou com Ações Afirmativas que garantiram a reserva de vagas tanto no âmbito dos cursos técnicos como no âmbito da graduação. Conforme preconizado pela Lei nº 12.711/2012, 50% das vagas ofertadas foram direcionadas a estudantes provenientes de escolas públicas (1.195 vagas), sendo que metade delas foi direcionada àqueles que, além de provenientes de escolas públicas, tinham renda familiar per capita inferior a 1,5 salário mínimo (612 vagas). Ainda dentre os referidos 50%, houve reserva de vagas para estudantes pretos, pardos e indígenas (732 vagas), em percentual definido com base nos dados de perfil étnico aferidos pelo IBGE. Neste caso, o percentual de pretos, pardos e indígenas da população capixaba, indicado pelo IBGE, é de aproximadamente 60%.

A partir da publicação da Lei nº 13.409/2016 e da Portaria Normativa nº 09/2017, os processos seletivos do Ifes passaram a contemplar também a reserva de vagas para pessoas com deficiência, vinculada às reservas já existentes. Desta forma, para cada modalidade de reserva já em vigor, foi destinada uma parcela das vagas para pessoas com deficiência (totalizando 265 vagas), de acordo com os percentuais verificados no último censo do IBGE. Atualmente, o percentual segue o critério de margem de corte adotado pelo IBGE em 2018<sup>4</sup>, o qual considera como pessoa com deficiência os indivíduos que indicaram ter, pelo menos, muita dificuldade em uma ou mais das questões aferidas (enxergar, ouvir, caminhar/subir degraus), o que representa 6,7% da população em geral.

Ressaltamos ainda que, em função dos impactos da pandemia, houve redução da oferta total de vagas nos processos seletivos para ingresso de estudantes, notadamente os do segundo semestre de 2020.

A planilha a seguir resume a reserva de vagas para ações afirmativas do Ifes no ano de 2020.

Tabela 1 – Reserva de Vagas nos Processos Seletivos de Alunos

Programa	Oferta	Quantidade	Base Legal
Estudantes procedentes de Escola Pública	Sim	1.195	Lei 12.711/2012
Socioeconômico	Sim	612	Lei 12.711/2012
Étnico-racial	Sim	732	Lei 12.711/2012
Pessoa com Deficiência	Sim	265	Lei 13.409/2016
Outros	Não	-	-

Fonte: Pró-reitoria de Ensino do Ifes

<sup>4</sup> IBGE. Nota Técnica 01/2018. Rio de Janeiro, 2012.

## **3 – Política de Assistência Estudantil**

A Política de Assistência Estudantil do Ifes (PAE) foi criada em 2011 pela Resolução nº 19/2011, do Conselho Superior do Ifes, à luz do disposto no Decreto nº 7.234/2010, que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil. Na direção do texto legislativo, a PAE do Ifes assume como finalidade promover ações que contribuam para a equidade no processo de formação dos discentes do Ifes, além de contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais, políticas, culturais e de saúde dos discentes, as quais perpassam todo o processo educativo. Com isso, busca-se prevenir e minimizar a retenção e a evasão escolar, contribuindo para a permanência, o êxito e a formação cidadã dos estudantes.

A PAE do Ifes foi construída, portanto, com base em tais princípios, e estruturada a partir de *Programas de Apoio à Formação Discente*, regulamentados pela Portaria nº 1.602/2011, do Reitor do Ifes.

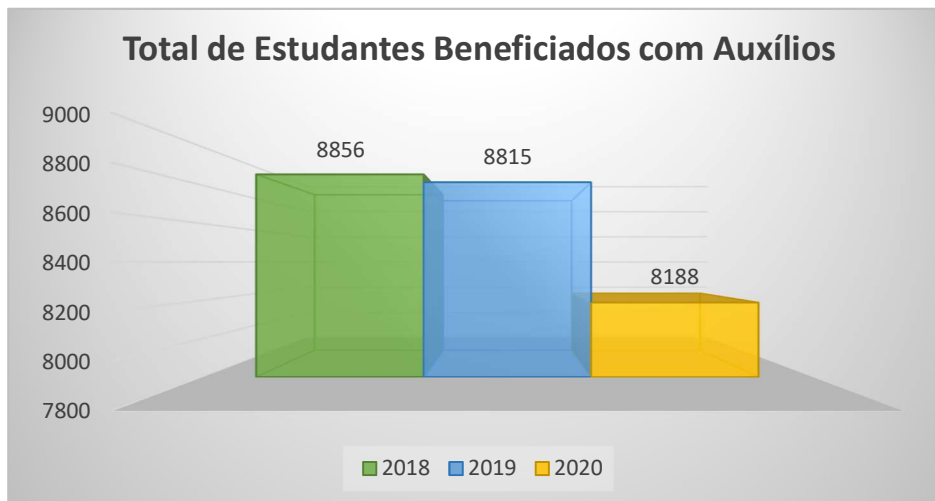
Os Programas de Apoio à Formação Discente estão divididos em Programas Específicos – Auxílio Material Didático e Uniforme, Auxílio Moradia, Auxílio Alimentação, Auxílio Transporte, Auxílio Financeiro, que visam o atendimento preferencialmente ao aluno em vulnerabilidade social –, e Programas Universais, cujo atendimento é oferecido a toda comunidade discente.

### **3.1 - Programas Específicos**

Os Programas Específicos da Assistência Estudantil têm por objetivo promover o atendimento às necessidades básicas dos estudantes para sua permanência na instituição, especialmente no que se refere à alimentação, transporte, moradia próxima do local de estudo e material didático.

Neste sentido, apresentamos a seguir os dados relativos aos números alcançados nos anos de 2018, 2019 e 2020, referentes ao quantitativo de alunos beneficiados com auxílios pela Assistência Estudantil, bem como de benefícios concedidos neste mesmo período.

Gráfico 1 – Total de Estudantes Beneficiados com Auxílios



Fonte de dados: Assistência Estudantil dos campi.

Gráfico 2 – Total de Auxílios Concedidos



Fonte de dados: Assistência Estudantil dos campi.

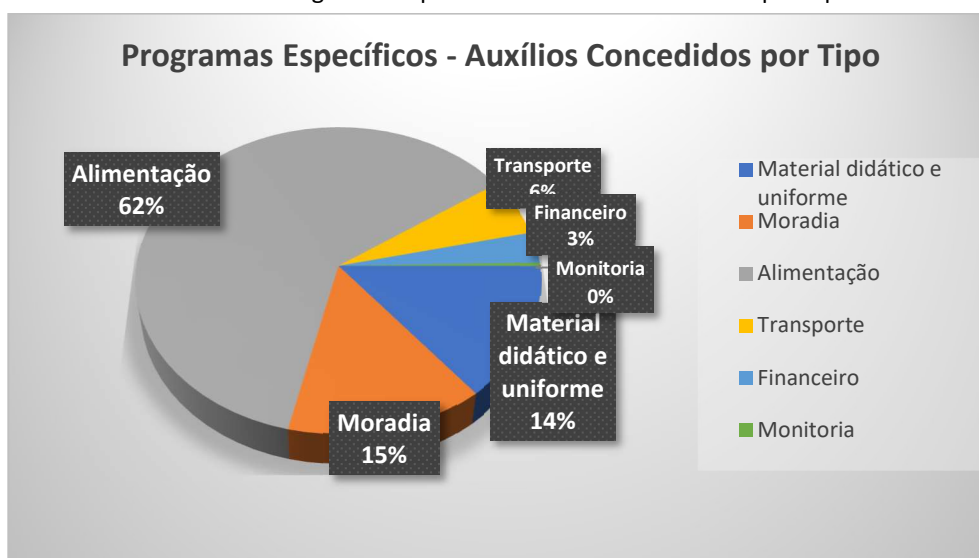
A partir dos gráficos apresentados, observamos que entre 2018 e 2020 houve uma diminuição total de 7,5% no número de alunos atendidos nos Programas Específicos da Assistência Estudantil (de 8.856 para 8.188 estudantes). De igual modo, observamos uma grande diminuição no quantitativo de auxílios concedidos (de 132.834 em 2018 para 74.749 em 2020), representando uma queda de 43,7% em relação a 2018.

No ano de 2020, com a pandemia do novo coronavírus, os repasses de auxílios foram severamente impactados, sendo necessário todo um replanejamento para utilização dos recursos em função das mudanças ocorridas nas atividades da instituição e, especialmente, em prol das necessidades que os estudantes apresentavam no momento. O isolamento social necessário afastou os estudantes do espaço escolar, e com isso todo o contexto educacional foi se modificando para se adaptar às propostas pedagógicas para ensino e aprendizagem não

presenciais. De igual modo, foi necessário construir estratégias de contato, diálogo e acompanhamento não presencial dos discentes, por parte das equipes multidisciplinares.

Em decorrência de tais mudanças, houve a suspensão do pagamento do Auxílio Transporte, grande diminuição no pagamento de Auxílio Moradia e incremento dos repasses nas modalidades Auxílio Material Didático e Auxílio Alimentação, como apresenta o gráfico a seguir.

Gráfico 3 – Programas Específicos – Auxílios Concedidos por Tipo



Com base no gráfico apresentado, observamos que os auxílios com maior demanda foram o Auxílio Alimentação (62%), o Auxílio Moradia (15%) e o Auxílio Material Didático e Uniforme (14%). Em relação a este último, destacamos que ele se tornou um caminho possível para prover os estudantes em vulnerabilidade com as condições materiais para continuidade dos estudos de forma não presencial. Embora limitado, este auxílio adquiriu caráter complementar a outros auxílios que foram criados para prover as condições de acesso dos estudantes às atividades pedagógicas não presenciais, como o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital (institucional) e o Projeto Alunos Conectados (federal). Foi possível assim, por meio do Auxílio Material Didático e Uniforme, viabilizar o repasse de recursos para a compra de tablets e até notebooks para aqueles estudantes que não possuíam meios tecnológicos para o estudo, além de recursos para a aquisição de outros equipamentos e materiais de apoio ao estudo.

Ressaltamos ainda o protagonismo do Auxílio Alimentação, que já se constituía como a maior demanda dentre os Programas Específicos e se tornou ainda mais imprescindível diante do agravamento das condições de vulnerabilidade dos estudantes, em virtude da pandemia e suas consequências, principalmente em relação às condições financeiras das famílias. Embora o recurso e as possibilidades de atendimento às situações vivenciadas

pelos estudantes sejam limitados, o Auxílio Alimentação foi utilizado pela grande maioria dos campi como possibilidade de garantir suporte mínimo aos estudantes, especialmente no que se refere à segurança alimentar e nutricional, enquanto necessidade básica e direito fundamental das pessoas.

Sendo assim, os programas vinculados à PAE ganharam ainda mais importância no atual contexto social, em que a desigualdade presente na sociedade brasileira tornou-se ainda mais acentuada. Observamos o fechamento de vários postos de trabalho, a diminuição de renda das famílias, a entrada dos adolescentes em empregos formais ou informais, o isolamento social, entre várias outras transformações sofridas pela sociedade, que irão agravar a situação de pobreza e outras vulnerabilidades durante e após a pandemia, exigindo rápidas e intensas transformações na maneira de gerir a Assistência Estudantil e a Educação, de forma geral.

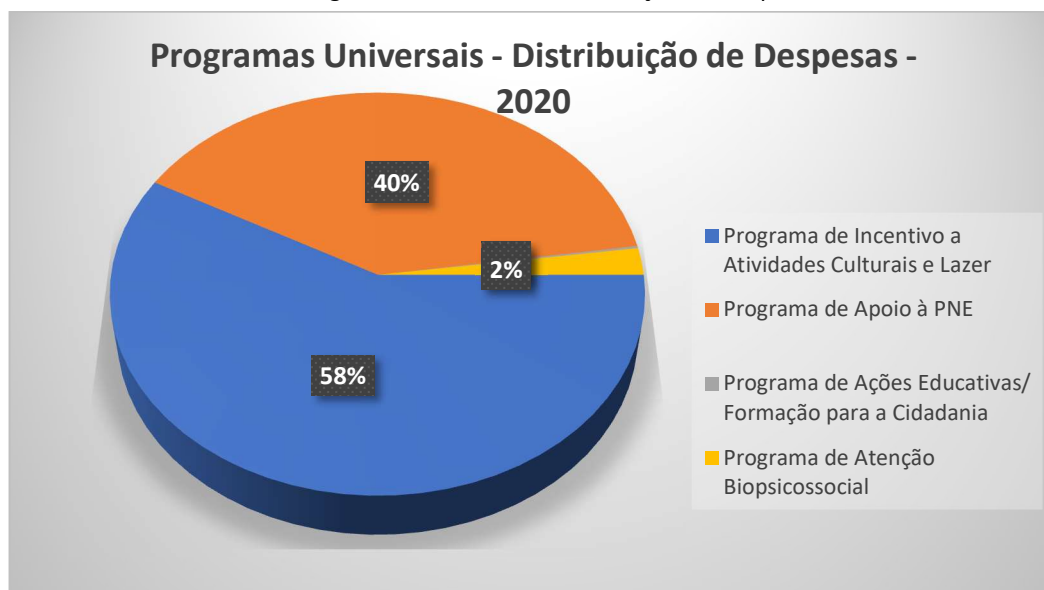
## 3.2 - Programas Universais

Entende-se por Programas Universais aqueles que são acessíveis a toda comunidade discente, com o objetivo de favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes. As ações universais são organizadas em 04 (quatro) eixos: Programa de Incentivo a Atividades Culturais e de Lazer; Programa de Apoio à Pessoa com Necessidade Educacional Especial; Programa de Ações Educativas/ Formação para Cidadania; e Programa de Atenção Biopsicossocial.

Tais programas têm como foco promover a inclusão social e a formação cidadã, orientando os estudantes quanto aos seus direitos, deveres e proporcionando debates com o objetivo de ampliar o arcabouço teórico dos discentes em temas relevantes para sua educação e participação cidadã, visando o rompimento de discriminações, indiferenças e preconceitos, além de promover a construção de uma cultura de cuidado de si e do outro na dimensão biopsicossocial.

No ano de 2020, foram empregados recursos para desenvolvimento de ações relacionadas aos Programas Universais, conforme traz o gráfico a seguir.

Gráfico 4 – Programas Universais – Distribuição de Despesas - 2020



Fonte de dados: Assistência Estudantil dos campi.

De acordo com o gráfico 4, observamos que 58% dos recursos empregados nos Programas Universais da PAE foram utilizados em projetos desenvolvidos no âmbito dos Programas “Incentivo a Atividades Culturais e Lazer”, enquanto 40% dos recursos foram utilizados para o Programa de Apoio à Pessoas com Necessidade Educacional Especial”, para aquisição de materiais e equipamentos assistivos e custeio de serviços pontuais para apoio aos estudantes com necessidades específicas.

Ressaltamos que, ainda que os recursos empregados no âmbito do Programa “Atenção Biopsicossocial” tenham sido mínimos (2% do total), este programa envolve uma série de ações, atendimentos e acompanhamentos que na maioria das vezes não dependem de recursos financeiros. Sendo assim, no contexto deste programa são desenvolvidas ações como: acompanhamento psicológico, orientação e acompanhamento social, atendimento ambulatorial, primeiros socorros, entre outros. Nos campi agrícolas, destacamos também a oferta de atendimento médico e odontológico dos alunos, uma vez que estes campi contam com os profissionais das referidas áreas.

Em se tratando do contexto de pandemia, observamos que tais ações também precisaram ser adaptadas em função do distanciamento físico e do uso das tecnologias para comunicação. Ainda assim, as novas estratégias adotadas e a flexibilização nas formas de atuação possibilitaram manter a oferta de atendimentos, de espaços de escuta e orientação, do acompanhamento, ainda que de forma mais limitada do que na modalidade presencial.

Diante do exposto, ressaltamos a importância e pertinência dos Programas Universais, enquanto braço da Assistência Estudantil que alcança toda a comunidade discente com ações que têm como foco contribuir para o processo de aprendizagem e também para o desenvolvimento integral dos estudantes.



### 3.3 Considerações

Como dito, com a disseminação do novo coronavírus (Covid-19) que ocasionou a situação de pandemia mundial, foi preciso adotar uma série de medidas sanitárias, dentre elas o distanciamento/ isolamento social, o qual teve como consequência a suspensão das atividades escolares presenciais durante quase todo o ano de 2020. Com isso, observamos várias mudanças, especialmente nos espaços escolares, em que houve a estruturação e implantação de alternativas de continuidade das atividades de ensino de forma não presencial.

Diante desta realidade, as equipes de Assistência Estudantil dos campi observaram, durante os processos de acompanhamento dos estudantes, o agravamento das situações de vulnerabilidade e das fragilidades dos estudantes. Entre estas situações, problemas de saúde pessoais e familiares, questões emocionais/ psicológicas, conflitos familiares, dificuldades financeiras, desemprego, precarização das condições de trabalho, dificuldade de conciliar trabalho e estudo em função das novas demandas e horários de trabalho, dificuldade de acesso à internet bem como aos meios digitais para estudo, entre outras questões.

Uma das questões mais fortes na análise das equipes foi o aprofundamento das desigualdades sociais em virtude dos impactos socioeconômicos da pandemia na vida dos estudantes e suas famílias. Questões como a fragilidade financeira das famílias, a dificuldade de acesso a bens, serviços e à informação, a precarização das relações de trabalho e a inconstância da renda familiar, que sempre tiveram relação estreita com as condições de permanência e aprendizagem dos estudantes na escola, tornaram-se ainda mais pungentes, expondo uma dura realidade na qual os estudantes mais pobres, ainda que tenham acesso à educação pública de qualidade, precisam superar obstáculos muito maiores para permanecer nela e obter êxito.

Somam-se a isto os impactos na própria saúde dos estudantes e seus familiares, seja aqueles acometidos pela Covid-19, que enfrentaram o adoecimento e até o falecimento de pessoas próximas, e ainda aqueles que tiveram as condições de saúde mental afetadas ou agravadas pela pandemia – crises de ansiedade, depressão, síndrome do pânico, entre outras situações geradas pelo isolamento, a solidão, os conflitos familiares, as perdas materiais e imateriais, pelo medo, insegurança e desesperança, entre outros tantos sentimentos e experiências sofridas, vividos em meio ao caos que se instalou.

Adentrando as relações escolares, observamos outros desdobramentos que também se abateram sobre os estudantes. A suspensão das atividades presenciais e consequente quebra da rotina escolar, o afastamento dos amigos e colegas, a necessidade de adaptação rápida às APNP's (e às metodologias, recursos e tecnologias envolvidos), as dificuldades de acesso às tecnologias (ausência ou acesso precário à internet, celulares, tablets, notebooks, computadores) e de acessibilidade aos conteúdos apresentados em novos formatos, e ainda as limitações nas possibilidades de se obter o suporte humano necessário, diante das distâncias impostas.

Tais situações criaram novos desafios a serem enfrentados pelas equipes de Assistência Estudantil, como a necessidade de se criar estratégias no sentido de garantir da permanência de estudantes que tiveram

impedimentos de acesso ou não se adaptaram às APNP's, em busca de evitar ou reverter os inúmeros trancamentos e desistências por parte destes estudantes.

Outra questão enfrentada foi a limitação das possibilidades de articulação com as redes municipais de educação, de saúde e socioassistenciais, em virtude da sua fragilização diante dos impactos da pandemia o que dificultou a realização de encaminhamentos e o acompanhamento de casos de estudantes que demandavam uma abordagem intersetorial.

Um desafio bastante significativo para as equipes foi a manutenção de uma atuação profissional qualificada, diante da fragilização das condições emocionais e de saúde dos próprios profissionais, em virtude dos impactos da pandemia no contexto de vida. Além da sobrecarga vivenciada diante do aprofundamento e complexificação das demandas estudantis no período de pandemia e atividades não presenciais, tais profissionais experimentaram, de forma muito intensa, a dificuldade de conciliar os cuidados pessoais, cuidados familiares, atividades domésticas, demandas de trabalho, num contexto em que o trabalho adentrou de forma abrupta o espaço das casas e das famílias. Há ainda as demandas específicas do próprio trabalho remoto, como o aparato tecnológico e os conhecimentos sobre o uso dos recursos e metodologias desta modalidade de trabalho, além das medidas de segurança necessárias à utilização dos meios e plataformas virtuais, para o que o suporte institucional foi considerado insuficiente.

Já outros desafios e dificuldades vivenciados em 2020 não são novos, mas se intensificaram diante do contexto já mencionado. Podemos destacar, por exemplo, as limitações vivenciadas diante da ausência de um sistema informatizado para gestão das ações de Assistência Estudantil, que impactou negativamente nos processos de seleção dos auxílios, no acompanhamento dos estudantes e nos procedimentos administrativos do setor (elaboração de folhas de pagamento, registros de recebimento, etc), especialmente no período de pandemia, em que todas as atividades da Assistência Estudantil tiveram que ser adaptadas para os meios digitais.

Salientamos também as dificuldades enfrentadas em virtude da ausência de profissionais para comporem as equipes mínimas em alguns campi, com grande impacto sobre a qualidade e as possibilidades de trabalho desenvolvidas. Face à inexistência de novos códigos de vagas de profissionais para comporem as equipes mínimas, e à impossibilidade legal de contratação de profissionais temporários para comporem as equipes (e não apenas para atender pontualmente ao processo seletivo da Assistência Estudantil), este se torna um desafio e um problema, que cresce na medida em que as demandas estudantis aumentam e se tornam mais complexas.

Ainda que diante de tais dificuldades e desafios, o árduo trabalho das equipes foi responsável pela manutenção das ações, com a realização de adaptações nos processos de seleção e de acompanhamento dos discentes, bem como nos instrumentos e estratégias de trabalho, para os meios digitais. Com isso, foi possível dar continuidade aos repasses de auxílios, especialmente do Auxílio Alimentação, do Auxílio Material Didático e do Auxílio Financeiro, como apoio aos estudantes diante das situações impostas pela pandemia e das demandas do ensino não presencial. Foram também criados novos auxílios, tanto em nível institucional como em nível federal, no sentido de garantir a inclusão digital dos estudantes (Auxílio Emergencial de Inclusão Digital – Internet, projeto

“Alunos Conectados” – chips de dados móveis), além da realização da compra, repasse e/ou empréstimo de materiais e equipamentos (materiais de estudo, tablets, notebooks, calculadoras científicas, etc) aos estudantes que apresentaram dificuldades de acesso às APNP’s.

Foi também viabilizada a contratação pontual, por tempo determinado (3 meses), de profissionais de serviço social para atendimento das demandas do processo seletivo da Assistência Estudantil, nos campi onde não há esse profissional. Tal alternativa se mostrou um suporte fundamental para os campi na gestão dos auxílios, ainda que não abarque todas as necessidades institucionais, principalmente em relação ao acompanhamento sistemático das demandas dos estudantes.

Ainda que diante de limitações como a insuficiência de profissionais, o distanciamento físico, as dificuldades de contato com os estudantes e suas famílias, foi possível criar estratégias para viabilizar o acompanhamento dos estudantes, a oferta de espaços de escuta, os encaminhamentos, assim como lançar mão de estratégias em formato diferenciado, como a realização de lives, rodas de conversa e outros eventos/ encontros, na modalidade online, acerca de temas relevantes para os estudantes durante o período de pandemia. Outra iniciativa desenvolvida pelas equipes multidisciplinares neste período foi a produção de materiais e realização de orientações aos discentes, docentes, dirigentes e a toda a comunidade acadêmica acerca de aspectos relacionados à pandemia, como cuidados com a saúde, saúde mental, alimentação, rotinas, relacionamentos familiares, estudo, além de orientações acerca das APNP’s.

Em alguns campi foi possível também ampliar e fortalecer o trabalho intersetorial no acompanhamento das demandas dos estudantes, o que foi percebido como um fator positivo para a atuação das equipes. Além disso, observou-se também uma aproximação entre os profissionais dos diversos campi, e com isso o fortalecimento do trabalho intercampi, com a construção e implementação conjunta de estratégias de trabalho e realização de ações em parceria. Entre tais ações podemos destacar as parcerias na realização de encontros formativos com as equipes dos campi e com os docentes, abordando temas como “Saúde Mental no Contexto de Pandemia e APNP’s”, e lives com os estudantes sobre “Como ter uma alimentação saudável em tempos de distanciamento social”.

Nesse sentido, ressaltamos também a importância da atuação dos Grupos de Trabalho das categorias profissionais, que possibilitaram o debate coletivo acerca dos processos de trabalho desenvolvidos no contexto da pandemia, além da construção de propostas e parcerias de trabalho voltadas a contribuir com a atuação da instituição junto aos estudantes e servidores, na melhoria das condições de vida, de estudo e de trabalho. Foram produzidas e divulgadas cartas, cartilhas, postagens nas redes sociais institucionais, além de outros materiais informativos e orientativos, no sentido de contribuir com o enfrentamento das adversidades e com a potencialização dos sujeitos, diante do contexto atual vivido. Foram também produzidos documentos e protocolos, como foi o caso do GT de Nutrição, que trabalhou na construção de orientações e diretrizes específicas para a alimentação no contexto institucional, quando do retorno das atividades presenciais. Destacamos ainda a atuação do GT de Psicologia, para realização conjunta da campanha “Tempo de Cuidar”,

alusiva ao Setembro Amarelo, e também o envolvimento dos profissionais de Psicologia na Organização e realização do IV Encontro Nacional de Psicólogos(as) dos Institutos Federais, sediado virtualmente pelo Ifes entre os dias 08 e 10 de dezembro de 2020.

Assim, observamos que a Política de Assistência Estudantil ganhou um novo destaque no contexto da educação pública, não apenas diante da necessidade de repasses financeiros, mas também de orientação aos discentes, docentes e dirigentes sobre as consequências biopsicossociais da pandemia.

Embora de fundamental importância em tempos tão adversos, a transferência de recursos não é capaz de resolver todos os problemas, a exemplo das dificuldades dos estudantes em acompanharem as atividades escolares. Entre outros diversos fatores, existem as limitações encontradas para acesso à internet, que variam em cada caso, como falta de cobertura das operadoras na localidade de moradia do estudante, dificuldades de instalação quando se trata de zona rural, fatores culturais que fazem com que algumas famílias recusem os benefícios oferecidos, além dos casos em que os discentes contemplados não podem participar dos momentos de atividades síncronas por estarem trabalhando.

Nesse cenário, a inclusão digital, a promoção da equidade no ensino e o desenvolvimento de estratégias interdisciplinares se mostram como grandes desafios a serem enfrentados pelas equipes da Assistência Estudantil no ano que se segue.

#### Propostas e sugestões:

- aprimoramento dos processos de comunicação por meio virtual;
- elaboração e oferta de formação, para servidores e estudantes, quanto ao uso das ferramentas tecnológicas;
- conclusão da reformulação da Política de Assistência Estudantil e implementação de ações de avaliação e monitoramento permanentes desta política;
- implementação de sistema para apoio aos processos de seleção e acompanhamento dos estudantes, ou adequação do SIGA-A para estas finalidades;
- adoção de providências para auxiliar na desburocratização do trabalho (especialmente os processos de cunho financeiro/ administrativo);
- fortalecimento das equipes de Assistência Estudantil, com a garantia das equipes mínimas, contemplando profissionais de serviço social, psicologia e enfermagem, sem prejuízo de outros das demais áreas afins à Assistência Estudantil;
- fortalecimento da atuação interdisciplinar dos profissionais da educação, bem como investimento na construção de processos de trabalho integrados entre os diversos setores ligados ao ensino;
- promoção de ações de formação permanente dos profissionais das equipes de Assistência Estudantil;
- articulação com a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para criação de políticas permanentes de inclusão e ampliação do acesso digital.

## 4 – Fórum Interdisciplinar de Assistência Estudantil

O Fórum Interdisciplinar de Assistência Estudantil (Portaria nº 1.583, de 20 de dezembro de 2010) é um colegiado de natureza consultiva, de caráter especializado, responsável por propor diretrizes e políticas no âmbito da Assistência Estudantil. Tem como objetivos:

- I. elaborar a Política de Assistência Estudantil do Ifes, acompanhar sua implementação, avaliá-la e reformulá-la quando julgar necessário;
- II. congregar os profissionais de Assistência Estudantil inseridos no Ifes;
- III. contribuir com a formação e atualização de seus membros pelo intercâmbio de conhecimentos e de experiências;
- IV. planejar, desenvolver métodos de trabalho, procedimentos e editar enunciados, respeitando as peculiaridades concernentes a cada campus e profissão;
- V. promover encontros dos profissionais da Assistência Estudantil visando discussões pertinentes à atuação profissional;
- VI. analisar e propor projetos e programas pertinentes à atuação da Assistência Estudantil;
- VII. manter intercâmbio, dentro dos limites de sua finalidade, com entidades de natureza jurídica e social do País e do exterior;
- VIII. incentivar a participação em eventos de formação profissional, bem como a produção de conhecimento, na área da Assistência Estudantil;
- IX. elaborar instrumentos de trabalho e normatizar os projetos e programas da Assistência Estudantil por meio de propostas de resoluções.

No ano de 2020, o Fiae iniciou desenvolvendo uma série de discussões e proposições, com destaque para a reformulação da Política de Assistência Estudantil. Contudo, após o início da pandemia, o Fórum passou a dedicar-se às demandas do novo contexto e das transformações sociais em curso, que geraram aumento das demandas para a Assistência Estudantil. A partir de então foi definida a suspensão das atividades da comissão responsável pela reformulação da PAE, entendendo que o foco do momento havia de ser colocado nas repercussões da pandemia sobre a vida dos estudantes.

No mês de julho, o Fórum teve seu regimento reformulado, para atualização, no entanto um dos critérios inseridos para indicação de representantes inviabilizou sua recomposição, de forma que ele ficou de agosto a dezembro com as atividades suspensas. Tal ausência gerou grande impacto sobre as discussões institucionais acerca da Assistência Estudantil, bem como sobre os debates acerca de questões atravessadas por essa pauta, especialmente considerando as complexidades geradas pela pandemia. Em busca de reverter esse quadro foi realizado o encaminhamento da situação às instancias institucionais responsáveis pela aprovação do regimento, para análise e correção da inconsistência, o que se espera que aconteça no início de 2021.

## 5 – Programa de Bolsa Permanência

O Programa de Bolsa Permanência – PBP foi criado por meio da Portaria Ministerial nº 389, de 09 de maio de 2013, do Ministério da Educação, e é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes de graduação matriculados em instituições federais de ensino oriundos de comunidades indígenas ou quilombolas.

Os principais objetivos do Programa são:

- I. viabilizar a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas;
- II. reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil;
- III. promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico.

Este auxílio tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, desde que cumprindo, cumulativamente, as seguintes condições:

- I. possuir renda familiar per capita não superior a um salário-mínimo e meio;
- II. estar matriculado em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a cinco horas diárias;
- III. não ultrapassar dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que estiver matriculado para se diplomar;
- IV. ter assinado Termo de Compromisso;
- V. ter seu cadastro devidamente aprovado e mensalmente homologado pela instituição federal de ensino superior no âmbito do sistema de informação do programa.

Além disso, o Programa prioriza os indígenas e quilombolas, que, independente da carga horária dos cursos nos quais estão matriculados, poderão receber o recurso, desde que comprovada a condição de pertencimento a uma comunidade indígena ou quilombola, conforme dispõe o Anexo I da referida Portaria Ministerial.

A Bolsa Permanência é acumulável com outras modalidades de bolsas acadêmicas, como a bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC.

O Ifes aderiu ao Programa à época de sua implementação, tendo realizado a divulgação do PBP aos campi, que mobilizaram os alunos interessados a preencherem seus respectivos cadastros com informações sobre seu perfil socioeconômico e acadêmico. Foi enviado memorando aos campi esclarecendo a respeito dos objetivos e critérios de participação no Programa, e orientando a respeito do cadastramento e avaliação de documentação

dos alunos. Como o Ifes não possui cursos com carga horária média diária que atenda ao critério do PBP, apenas estudantes de origem quilombola ou indígena puderam ser contemplados.

Sendo assim, em 2020 o Ifes contou com 9 estudantes beneficiados pelo Programa de Bolsa Permanência, sendo 3 deles de origem quilombola e 6 de origem indígena. Não houve abertura de novas inscrições para o Programa no ano de 2020.

Um importante avanço realizado no início do ano de 2020 foi a instituição da Comissão Interdisciplinar de Execução do Programa Bolsa Permanência no âmbito do Ifes, a qual conta com a participação representantes de comunidades indígenas, quilombolas e membros da sociedade civil, além de servidores da instituição, e tem como função auxiliar na comprovação e fiscalização da condição de pertencimento étnico dos estudantes indígenas e quilombolas, bem como no seu processo de adaptação acadêmica. Os estudantes beneficiados pelo PBP são acompanhados pelas Comissão, sendo produzidos relatórios mensais de frequência e desempenho acadêmico dos alunos bolsistas.

## 5 – Atuação da Diretoria de Assuntos Estudantis

A Diretoria de Assuntos Estudantis é o setor da Pró-reitoria de Ensino responsável por assessorar a Proen e os campi na elaboração de programas e projetos voltados à educação em saúde, cidadania, diversidade e inclusão, atenção biopsicossocial, entre outros. Além disso, é responsável por assessorar as equipes ligadas à Assistência Estudantil, aos Napne e aos Neabi dos campi, no âmbito de sua atuação, assim como colaborar com o Fórum Interdisciplinar de Assistência Estudantil (FIAE), com o Fórum dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Fonapne), com o Fórum dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Foneabi) e com o Núcleo de Gênero e Sexualidade do Ifes.

A equipe da DAE é constituída por 4 profissionais, das áreas de nutrição, psicologia, pedagogia e serviço social.

Esta Diretoria desenvolveu, no ano de 2020, uma série de atividades relacionadas à Assistência Estudantil, dentre elas:

- orientação aos campi e acompanhamento de processos relacionados à Assistência Estudantil;
- acompanhamento de reuniões e assessoria ao FIAE;
- levantamento de informações relacionadas a Assistência Estudantil com vistas à produção de documentos e relatórios (semestrais e anuais), como também para subsidiar ações e projetos institucionais;
- elaboração de Relatórios de Gestão (anuais) e Relatórios de Acompanhamento de Ações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP (semestrais);
- assessoramento aos campi e à Pró-reitoria de Ensino, nas áreas técnicas de nutrição, psicologia, pedagogia e serviço social, no que tange à Política de Assistência Estudantil do Ifes;
- acompanhamento das discussões e assessoramento aos Grupos de Trabalho por categorias profissionais;
- parcerias com os campi na elaboração de materiais e na realização de oficinas e palestras voltadas aos estudantes;
- acompanhamento do Programa de Bolsa Permanência no âmbito institucional;
- participação na Comissão de Reformulação da Política de Assistência Estudantil e em outras comissões ligadas ao FIAE ou relacionadas a temas afins à Assistência Estudantil;
- atuação na comissão gestora do Projeto “Alunos Conectados”;
- condução e assessoramento técnico dos processos de reformulação dos regimentos dos fóruns;



- assessoramento técnico quanto à revisão do regimento do Fiae, especialmente no que se refere à tramitação das alterações necessárias para viabilizar a recomposição do Fórum;
- elaboração de pareceres técnicos (quando necessário).

Neste contexto, apresentamos algumas propostas formuladas para atuação da Diretoria no que tange principalmente à Assistência Estudantil:

- assessoramento técnico quanto à revisão do regimento do Fiae, especialmente no que se refere à tramitação das alterações necessárias para viabilizar a recomposição do Fórum e às articulações institucionais necessárias para a retomada dos trabalhos do Fiae;
- atuação junto ao Fiae no debate acerca da reformulação da Política de Assistência Estudantil;
- ampliação das ações de monitoramento e avaliação das ações relacionadas às políticas estudantis;
- promoção, junto às equipes dos campi, da construção compartilhada de processos, procedimentos e técnicas que contribuam para o desenvolvimento integral dos discentes, bem como para sua permanência e êxito no percurso escolar;
- promoção e apoio a ações de formação dos profissionais ligados à Assistência Estudantil;
- colaboração, junto à Coordenadoria de Assuntos Acadêmicos e ao Fiae, no trabalho de adequação do SIGA-A, visando contemplar as demandas da Assistência Estudantil quanto à organização das informações relativas aos atendimentos e às ações realizadas no contexto da Política de Assistência Estudantil, viabilizando assim o monitoramento do trabalho realizado;
- colaboração com a equipe pedagógica no planejamento de políticas educacionais, bem como na avaliação e no redirecionamento de planos e práticas educacionais;
- apoio e contribuição no diálogo e integração dos fóruns, núcleo e comitê ligados à Proen (Fórum Interdisciplinar de Assistência Estudantil, Fórum de Gestão Pedagógica, Fórum dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, Fórum de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, Fórum de Registros Acadêmicos, Fórum de Bibliotecários, Fórum de Gestores de Ensino, Núcleo de Gênero e Sexualidade do Ifes, Comitê EJA) para debate, construção coletiva de procedimentos e proposição de ações conjuntas, com foco na formação integral dos discentes.

## Referências

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, 2010.

IBGE. Nota Técnica 01/2018. Rio de Janeiro, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2024. Vitória, 2019, p. 68.

ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York, 2015.